

# REPORTAGEM

## Campanha de Educação dos Adultos

Dilke Salgado.

**O** movimento palpitante da administração brasileira é a Campanha de Educação de Adultos.

Pela primeira vez, no Brasil, efetua-se um acôrdo interadministrativo em que os poderes públicos se unem para iguais objetivos e processos semelhantes.

Nunca houve outra campanha — a não ser a eleitoral — que abrangesse todos os setores do Governo.

Nem houve também, outra que congregasse os meios sociais do país, ligando administradores a particulares que espontaneamente vieram trazer aos canais governistas seu apôlo.

Uma campanha que se reveste de simpatia uníssona é um empreendimento consagrado.

E aí temos os primeiros efeitos da obra administrativa-social que reúne os brasileiros numa espécie de renovação de ambiente como o que reflete êsse plano de cultura.

Quem viajou todo o Brasil e viu o estado de ignorância e apatia em que vive nosso "hinterland", há-de, por força, bem dizer o ensaio prático que em tão boa hora inspirou S. Excia. o Senhor Ministro de Educação e Saúde.

Foi sempre uma pergunta que fizemos e nunca obtivemos resposta: — que correlação existe entre o homem do interior e o desprezo ao trabalho? Será a fartura, como supõe Oliveira Viana? Será o rigor do clima?

Um e outro podem contrabalançar a assertiva, nunca porém o firmam de maneira categórica, quer dizer, não se impõem como fatores predominantes.

Demais, há regiões em que a penúria leva a população à sub alimentação.

E persiste assim, morre de fome, mas não reage. Seu único alento é o álcool, em busca remédio para seu mal: estômago vazio. O álcool, faz esquecer e custa pouco...

As endemias poderiam também servir de pretexto às considerações acêrca do marasmo rural. De resto, a febre ataca o sujeito de fígado enfra-

quecido: o alcolatra e seu filho e os mal nutridos.

Podemos garantir através de observações "in loco" que não são as soalheiras nem as febres que concorrem para a morosidade dos habitantes do interior.

Há exemplos flagrantes que apuramos. Vimos um caboclo, deitado numa rêde, morrendo de lazeira, indisposto ao trabalho e quando lhe dissemos que fôsse à pesca, contestou: "— Paga a pena não, dona: peixe tá de bucho virado...".

Mas vimos, outrossim, em pleno ardor de janeiro, na Baixada Fluminense, um negro retinto, "magro como os ponteiros nas seis em ponto", abrir um pôço em menos de duas horas, e, verificando que a água não era boa, fechá-lo, abrir outro, e a seguir trepar numa cumieira, colocar telhas até o anoitecer, daí correr a jantar feijão com fubá e continuar pela noite afora a tocar violão.

Por que tanta fibra neste homem e tanta apatia naquele outro?

Um singularidade: o Jeca, da Baixada, sabia lê e escrever.

Dito isso, está dito tudo. Chegamos à conclusão de que o mal é de espírito. As nossas populações criam-se ao sabor da sorte. Como verdadeiros bichos de fábula. De gente só têm a fala e a roupa.

Sem educação, sem instrução, os nossos patrícios do interior não têm estímulo por coisa alguma nem interesse por nada, chegando ao extremo em que o homem dista de si mesmo: perde a ambição, coisa que distingue o homem civilizado.

Felizmente o Governo brasileiro resolveu tirar o homem rural do brutalismo, através da Campanha de Educação de Adultos.

No acôrdo interadministrativo, celebrado a 15 de janeiro de 1947, o Ministro de Educação levou avante o grande, um dos maiores planos administrativos do Brasil.

Levados pela admiração que nos causa a empreendedora obra, fomos ouvir o diretor do Departamento Nacional de Educação, Professor Lourenço Filho.





O professor Lourenço Filho fala à nossa redatora

Ninguém melhor do que êsse pedagogo ilustre, autor de trabalhos de relêvo cultural, versando planos de ensino e educação, poderia discorrer sôbre a campanha que empolga o Brasil inteiro.

Alma e vida dessa idealização, o Professor Lourenço Filho, abordou o problema com a sinceridade com que vibra pela nobre causa.

— Como nasceu a idéia da Campanha de Educação dos Adultos? perguntamos a S.S..

— As idéias de combate ao analfabetismo são antigas entre nós. Já no império se esboçaram. Por ocasião do Centenário da Independência, foram reavivadas. Instituições várias também, à causa da educação popular se tem dedicado, entre as quais, desde 1931, a Cruzada Nacional da Educação. Na I Conferência Nacional de Educação, reunida em 1941, a idéia foi examinada do ponto de vista de cooperação administrativa. No ano

seguinte por efeito dessa reunião, foi instituído pelo Decreto-lei n.º 4.958, de 14 de novembro, o Fundo Nacional de Ensino Primário. Ao ser regulamentada a aplicação dos recursos dêsse Fundo, o que se deu pelo Decreto n.º 19.513, de 25 de agosto de 1945, declarou-se no item b, do art. 4.º, dêsse decreto, que um quarto de tais recursos deveriam ser aplicados na educação de adolescentes e adultos analfabetos, segundo plano aprovado, cada ano, pelo Ministério da Educação.

No mesmo ano, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que então dirigiamos, conhecidos os primeiros resultados do Recenseamento Nacional de 1940, iniciou uma série de providências tendentes a interessar as administrações dos Estados pelo problema. A “Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos”, órgão do Ministério da Educação, editado pelo I. N. E. P., nos números de



meio e de agosto de 1945, tratou de expor essas providências e de esboçar um plano geral para a realização de um plano de larga envergadura.

Vários Estados desde logo aderiram a essa idéia, como os de Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Faltava, no entanto, o cumprimento do estabelecido no Decreto n.º 19.513, o que se explica por não haver sido, até então, regularizadas as próprias fontes do Fundo Nacional de Ensino Primário, o que só realmente se deu pelo Decreto-lei n.º 6.785, de 11 de agosto de 1944.

A idéia, no entanto, caminhava, e, no seu discurso da Bahia, o então candidato General Eurico Dutra deu-lhe especial relêvo. Chamado ao Ministério da Educação o Professor Clemente Mariani, logo também no seu discurso de posse declarou que seria preciso dedicar a maior atenção aos problemas da educação popular. Convidado para dirigir o Departamento Nacional de Educação,

aos primeiros entendimentos com o Ministro, recomendou-me êle preparasse um plano geral para que fôsse desenvolvido ainda êste ano. Apresentei-o, sem demora, juntando o orçamento geral das despesas, para a devida autorização do Senhor Presidente da República. Essa autorização foi dada a 15 de janeiro, e, no mesmo dia, numa reunião de jornalistas, o Ministro Clemente Mariani lançava a Campanha que ora se executa.

— Em que consiste, de modo geral a Campanha, e por que foi assim denominada?

— Chamamos “campanha”, porque, na verdade, não desejariamos apenas um esforço governamental, mas, sim, um grande “movimento social”, como o que está sendo obtido. Pelo seu aspecto geral, o trabalho a ser realizado não poderia ser confinado nos limites de um plano de execução oficial, mas haveria de ser baseado em intensa cooperação popular.



Grupo Escolar “Embaixador Rodrigues Alves”, de Guaratinguetá, vendo-se, entre outros, o “aluno mais velho do mundo”, o Sr. Pedro de Oliveira, alfabetizando, de 112 anos de idade





Grupo Escolar "Padre Anchieta" (Belo Horizonte), constante de 175 alunos

A Campanha ideada deveria compreender dois aspectos, teoricamente distintos, mas, na prática, conexos: a) o aspecto governamental, que visaria instalar e fazer funcionar dez mil classes de ensino supletivo, para adolescentes e adultos analfabetos, de funcionamento noturno, a serem distribuídas por todos os municípios do país; b) o aspecto de ação popular, ou de "voluntários", a ser desenvolvido especialmente como sustentáculo moral, ou de animação psicológica aos analfabetos, pois muito deveríamos recear a substância da matrícula, aos menos, em várias regiões do país, de menores solicitações culturais.

Para o primeiro, dever-se-ia contar com a cooperação interadministrativa, entre a União e os Estados, bem como entre estes e seus respectivos municípios, quando necessário. Para o segundo, deveríamos contar, antes de tudo, com a boa vontade e a compreensão patriótica da imprensa e

das estações radiofusas, bem como, passado a primeira fase, com a do público em geral. O que íamos tentar não seria, assim, apenas uma experiência pedagógica, mas uma ampla experiência de caráter social.

Na sua primeira exposição sobre o assunto, chamou-a, por isso mesmo, o Ministro Mariani, de "campanha de salvação nacional", e até de movimento que deveria ter o sentido de uma "nova abolição". Não errava o Ministro como os fatos agora o estão comprovando. Já o Sr. Mario Pinto Seiva, veterano batalhador da causa da educação popular, teve ocasião de dizer que esta campanha tem maior significação que a da independência, a da república e a da abolição, porque sem ela o povo não compreende a própria independência e a liberdade.

— Como a idéia se pôde tornar realidade?



— Começamos por chamar a esta capital dois delegados de cada Estado e um de cada Território, além de dois do Distrito Federal, para exame do plano teórico traçado, em todas as suas minúcias. Estiveram eles reunidos de 1.º a 28 de fevereiro. Ao mesmo tempo, organizávamos o Serviço de Educação de Adultos, junto a este Departamento, constituído dos setores de Planejamento e Controle, Relações com o Público, Orientação Pedagógica e Administração Financeira. Passaram a responder por esses setores, respectivamente, os srs. prof. Francisco Jarussi, dr. Fernando Tude de Sousa, o diretor do próprio Departamento e o sr. Armando Henriques.

Na cronologia aprovada pelo Ministro, todas as medidas preparatórias deveriam estar concluídas até 15 de abril, pois nesse dia deveriam abrir-se as aulas. Isto significa que, até essa data, deveria ser levantado todo o planejamento teórico de distribuição de classes, pelos municípios; deveriam estar localizadas as salas e designados os professores; deveria estar preparado, impresso e distribuído o material escolar, que, no caso de ensino de adultos é de natureza toda especial, não

havendo pronto no mercado, nem na qualidade desejável, nem na quantidade necessária.

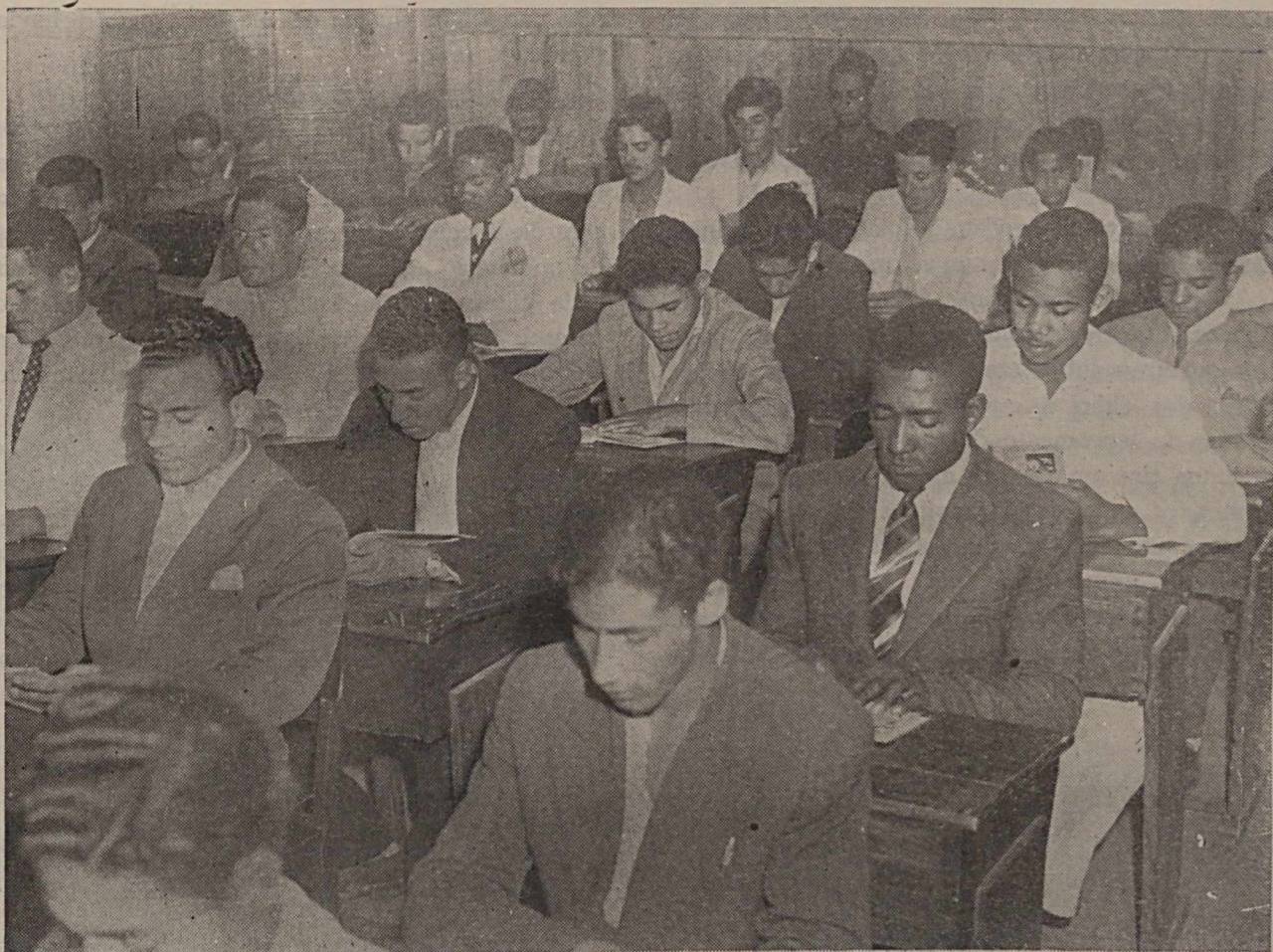
— E como isso foi obtido?

— Antes de tudo, pela admirável capacidade de improvisação do brasileiro. Aos meus auxiliares diretos, estimulava e pedia que fizessem tudo da maneira mais perfeita, sendo, porém, a “coragem da imperfeição” quando fôsse necessário... E a verdade é que, com o prestimoso auxílio do Serviço do Recenseamento e com base nos mapas municipais do Conselho Nacional de Geografia, pode o responsável pelo setor de planejamento, professor Jarussi, preparar a distribuição das escolas em dez dias. Com auxílio em material já anteriormente estudado pelo I. N. E. P., com base nos princípios do método do Dr. Frank Laubach, uma comissão de três devotas professoras, Orminda Izabel Marques, Dulcie Kanitz Viana e Helena Mandroni, em vinte e cinco dias, organizou a cartilha inicial, ou o “I Guia de Leitura” como foi chamada essa publicação. Por seu lado, o responsável pelo setor de Relações com o Público, Dr. Fernando Tude, com o auxílio apenas de dois auxiliares, em menos de vinte dias, estabelecia o necessário contacto com os jornais, as radiodifusões



Classe “Cruzeiro do Sul”, de Sorocaba, funcionando junto a um quartel, e frequentada, na maioria, por praças





Grupo Escolar "Melo Viana" (Belo Horizonte), classe de 72 alunos

scras, grandes empresas e, enfim, por intermédio desses órgãos com o público em geral.

Grandes problemas técnicos então se defrontavam. O primeiro era o da impressão da cartilha, numa edição de quinhentos mil exemplares, em cerca de um mês. O outro era o do transporte desse material até às capitais dos Estados e dos Territórios, e, daí, até os Municípios, em duas semanas.

— Como foram esses problemas resolvidos?

— A impressão foi feita pelo Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, graças à compreensão de seu presidente em exercício, o Dr. Heitor Bracet, de seu Secretário geral, o Dr. M. A. Teixeira de Freitas, e do chefe do referido Serviço Gráfico, o Sr. Renato Americano. Referido já o auxílio do I. B. G. E., pelo Serviço do Recenseamento, pelos mapas do Conselho e Geografia e, agora, pelo seu Serviço Gráfico, devemos com justiça dizer que, sem esses elementos,

difícilmente teria realizado o Ministério o que já pôde realizar, com a mesma presteza.

O transporte só poderia ser feito por via aérea. E o material a transportar, só nessa primeira parte, pesava vinte toneladas. O cálculo, grosso modo, das despesas, subia a cerca de seiscentos e cinquenta mil cruzeiros, isto é, exatamente o dobro do preço de custo do material. Apelamos então para a cooperação do Ministério da Aeronáutica, pelo Correio Aéreo Nacional, que desde logo nos socorreu, prontificando-se a receber os despachos gratuitamente. Igualmente nos prestaram a sua cooperação, com a maior gentileza, a N. A. B., a Panair do Brasil, a Cruzeiro do Sul, e ultimamente, a Varig. A Central do Brasil e a Leopoldina receberam da mesma forma, graciosamente, os despachos para São Paulo e Belo Horizonte, e para Vitória, respectivamente.

O material até agora transportado, e que excede quarenta toneladas, custaria mais de um



milhão de cruzeiros. Não dispendeu, porém, a Campanha um só centavo, o que tudo atesta a capacidade de cooperação do brasileiro para as boas causas de sentido popular. Improvisação e cooperação — eis o de que necessitávamos, e o que obtivemos.

— E do ponto de vista do plano interadministrativo, as facilidades foram as mesmas?

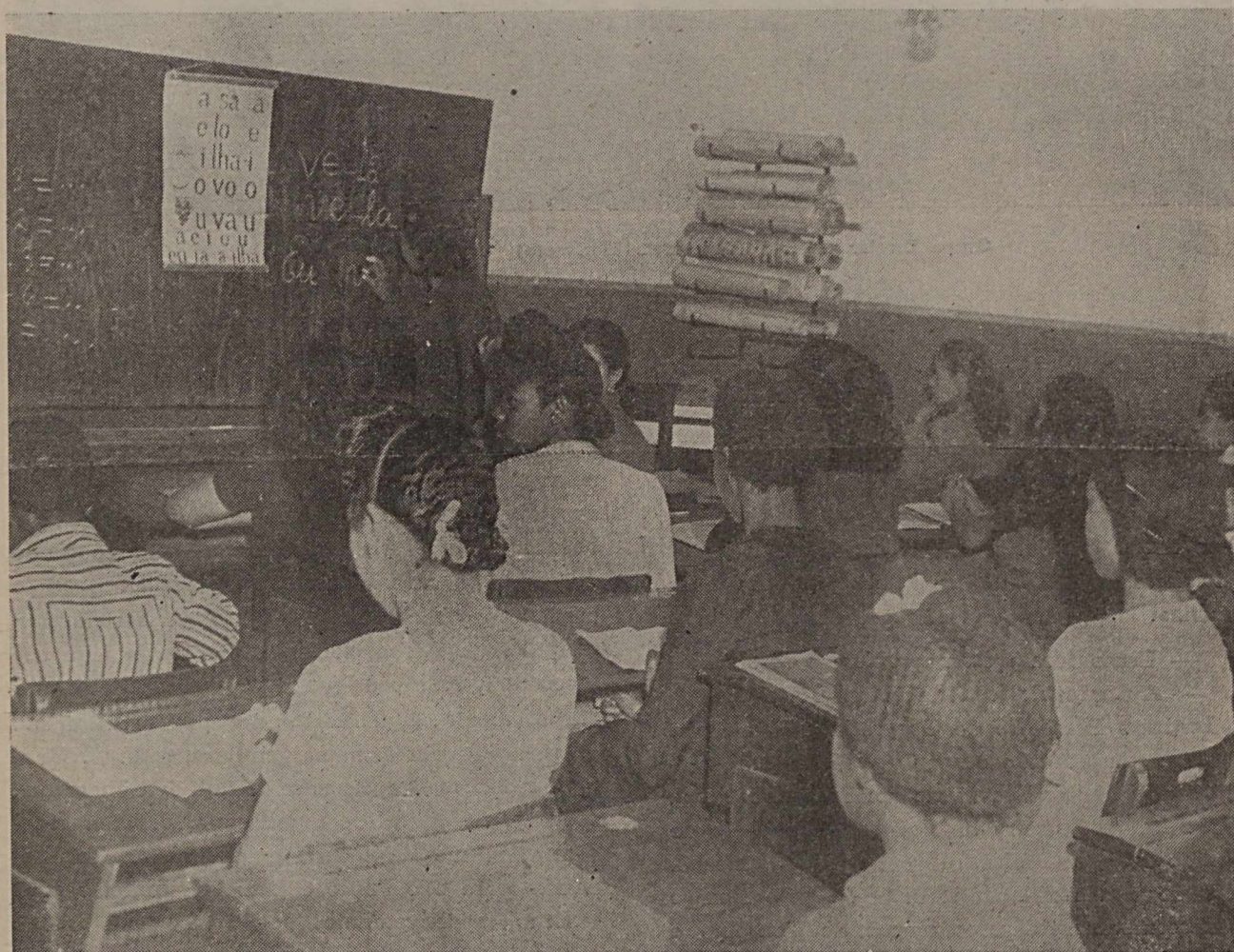
— Sim, de modo geral. Mas será preciso não esquecer que deveríamos ter a mudança de quadros governamentais em todos os Estados, decorrentes das eleições que se fizeram na própria semana do lançamento da Campanha. Os entendimentos tiveram de ser muitas e muitas vezes refeitos, os expedientes repetidos, os apelos reiterados. A um dos Estados centrais tivemos mesmo de enviar um delegado, para solução de vários casos pendentes. Tudo, porém, foi sendo aplainado, e pela simples razão de que o Ministério foi sem-

pre cumprindo a tempo e hora quanto havia prometido fazer.

— E que havia prometido?

— Havia prometido o planejamento teórico; as instruções didáticas; o material de ensino; os livros de escrituração escolar; os impressos de controle escolar e financeiro; e, enfim, a remessa de numerário, na base de trezentos cruzeiros por cada classe em funcionamento, para pagamento mensal, nessa base, de gratificação ao professor. Tudo isso foi cumprido, a tempo e hora, não sem esforço e sacrifício, é certo.

Aos Estados e Territórios, caberia instalar as classes em suas próprias escolas; caberia designar os professores; fazer abrir a matrícula; proceder à fiscalização imediata do trabalho. Por outro lado, competir-lhes-ia, também, dentro de seus respectivos territórios, incentivar a difusão dos objetos da Campanha e dos processos a serem utilizados,



Grupo Escolar "Henrique Diniz" (Belo Horizonte) — Curso de 5 classes, com matrícula de 300 alunos, sendo que em uma delas, há uma aluna de 62 anos de idade



por meio de Comissões Municipais, que deveriam fazer organizar."

De modo geral, portanto, nenhuma despesa se pediria às unidades federadas. O que se lhes pedia era maior e melhor utilização de serviços já existentes, com animação aos seus servidores e, de modo especial, aos membros de seu magistério. E a maneira pela qual os professores de todo o



Grupo Escolar "Bernardo Monteiro" (Belo Horizonte) — Funcionam ali três classes, com 202 alunos matriculados

Brasil acudiram a êsse apêlo foi, e está sendo, a mais admirável possível.

— De modo que as classes puderam abrir-se na data prefixada?

— Mais de metade das classes previstas entraram a funcionar dia 15 de abril. Nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Norte, Paraíba e Mato Grosso, a quasi totalidade estava inteiramente localizada e provida de professores nessa data; nos demais estados, salvo Amazonas, Santa Catarina e Minas Gerais, mais de 2/3 das classes já se apresentavam também nas mesmas condições. A 30 de abril, cerca de 7.000 classes

funcionavam; a 30 de maio, mais de 8.000; a 30 de junho 9.520; em 15 de julho, o número total das classes previstas no plano governamental tinha sido completado. Além disso, mais de 2.000 abertas e mantidas por particulares iniciavam o trabalho letivo. O total agora ultrapassa a 12.000 classes. Quando se tem em conta que tôdas as classes do ensino primário no Brasil pouco excedem de 40.000, e que as classes de ensino supletivo, até então existentes não chegavam a 1.000, poder-se-á ter idéia do grande esforço que exigiu essa fase da implantação, a ser feita de modo a alcançar todos os municípios do País, sem exceção de um só.

As classes com o auxílio federal, ora em funcionamento, estão distribuídas do seguinte modo:

Guaporé .....	24
Acre .....	30
Amazonas .....	100
Rio Branco .....	5
Pará .....	109
Amapá .....	20
Maranhão .....	458
Piauí .....	362
Ceará .....	700
Rio Grande do Norte .....	260
Paraíba .....	450
Pernambuco .....	938
Alagoas .....	380
Sergipe .....	150
Bahia .....	1.635
Minas Gerais .....	1.593
Espírito Santo .....	170
Rio de Janeiro .....	370
Distrito Federal .....	200
São Paulo .....	1.006
Paraná .....	331
Santa Catarina .....	120
Rio Grande do Sul .....	420
Mato Grosso .....	100
Goiás .....	346
<b>Total .....</b>	<b>10.277</b>

— E esse montante será o máximo?

— Não. Já autorizadas pelo Senhor Presidente da República, serão instaladas em São Paulo, Mato Grosso e Minas-Gerais, mais 450 classes, o que elevará o total a 10.727. As classes mantidas pela iniciativa privada, somente em São Paulo excedem de 600; no Distrito Federal elevam-se a uma centena; em cada um dos demais Estados contam-se por dezenas. Concorreram grandemente para o êxito da campanha particular a Ação Católica, a Câmara de Incentivo e Cooperação, a Federação Evangélica do Brasil e estabelecimentos de ensino secundário e comercial.

— A que atribui o interesse generalizado da campanha?





"Classe do Q.R.", funcionando no Grupo Escolar "Pedro de Toledo", em Lindoia

— Primeiro, às condições gerais de renovação da vida brasileira, quer nos seus aspectos de vida material, ou de produção, quer nos de integração espiritual. O povo quer aprender, deseja ilustrar-se e progredir, especialmente naquelas regiões de maior desenvolvimento industrial. Depois, ao próprio interesse de renovação política do momento.

O interesse é o de todas as classes e em todas as idades. Tem notificado a imprensa o caso do ancião de 112 anos, que, na cidade paulista de Guaratinguetá, procurou uma classe para aprender a ler. Por outro lado, veja esta carta, de um menino de 9 anos, Pedro Neto Rodrigues Chaves, aluno do segundo ano do grupo escolar de Itaiutaba, em Minas Gerais. Ele pede ao Ministro que lhe mande uma cartilha para que possa ensinar a uma empregada de sua casa... São numerosas as classes que funcionam em quarteis, em estabelecimentos industriais, em oficinas, e até em construções civis. Muitas classes funcionam em hospitais, nos postos de proteção a índios, em serviços do Ministério da Agricultura. Todos os Bispos, em geral, tem desenvolvido a sua influência no sentido do desen-

volvimento da matrícula. Alunos de escolas superiores, de escolas secundárias, e até de escolas primárias estão prestando serviços à Campanha.

— Julga, então, que o êxito da Campanha, como movimento social é satisfatório?

— Claro que sim. Ele excede mesmo à expectativa, como poderá ver por essas indicações e pelas que, diariamente está publicando a imprensa de todos os pontos do país. E, por falar neste ponto, devo dizer-lhe que a cooperação da imprensa, até agora, segundo os recortes coligidos neste Departamento, já indica espaço superior a quatro milhões de centímetros quadrados, o que significa 2.500 páginas de um grande jornal, e, em colunas, a extensão de nove quilômetros...

— E a experiência de cooperação interadministrativa é também satisfatória?

— Perfeitamente satisfatória. Mas os dados reais, por este aspecto, serão afinal publicados, para que se ponha em relevo a devida atenção de cada um dos responsáveis pela administração em cada uma das unidades federadas. Está-se realizando perfeito controle, quer no ensino, quer de seus



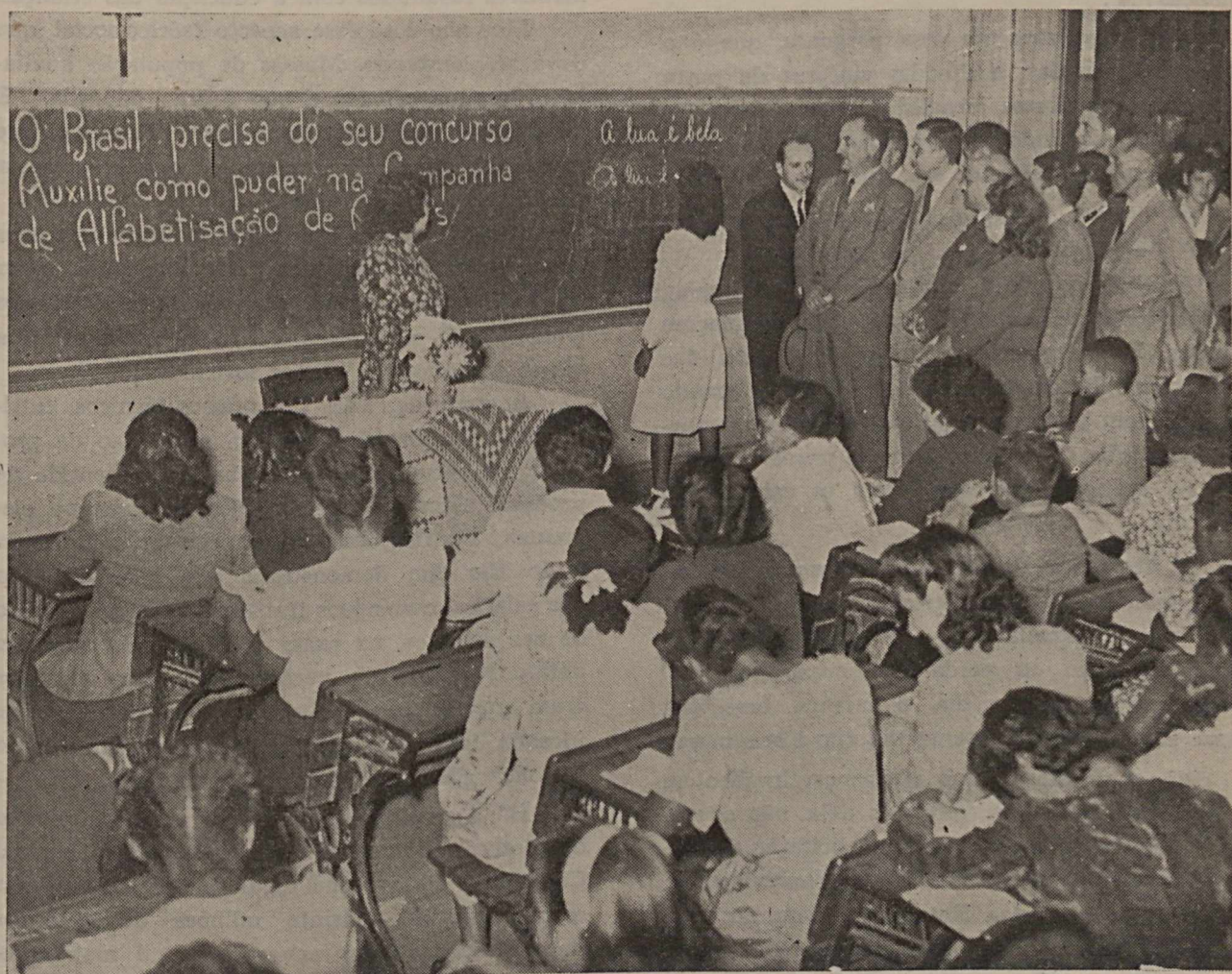
resultados, bem como da aplicação dos dinheiros. Não bastará realizar. Desejamos saber minuciosamente quais os resultados que se estejam colhendo. Os gastos da União estão previstos em 31 milhões de cruzeiros, dos quais Cr\$ ..... 24.000.000,00 para auxílio aos Estados, Territórios e Distrito Federal, destinado a pagamento dos professores; Cr\$ 5.000.000,00, para material de ensino e seu transporte; e Cr\$ 2.000.000,00 para administração e controle dos resultados. Pode-se desde já afirmar, no entanto, que, nestas duas últimas parcelas as despesas serão de muito reduzidas, à vista da cooperação obtida para o transporte, e a política de economia adotada, de modo geral.

— E quais os resultados práticos que já se podem apontar?

— Mais de meio milhão de alunos, entre adolescentes e adultos estão matriculados. Dêles, a julgar pelas informações recebidas de nume-

rosos Estados, mais de metade já estão alfabetizados. Mas a Campanha não é apenas de alfabetização.

A educação de adolescentes e adultos, começa pelo emprego de duas horas diárias dadas ao trato do espírito, e que, dantes, se consumiam, para a maioria em conversa inútil de esquina, nos botequins na bebida e no jogo. Isso é educação, é educação da vontade. Fortalece-se no convívio de um grupo de jovens, de homens e de mulheres, que se reúnem, cada noite, no mesmo local, com os mesmos sadios propósitos. Esse convívio é educação, educação social, educação cívica. Tudo isso irá alargar-se, sem dúvida alguma, pelas novas idéias oralmente expostas pelos professores e pelas que forem lidas nos livrinhos, que o Ministério tem feito imprimir e distribuir, gratuitamente.



Uma classe de alfabetização em Santo Amaro, distrito de São Paulo



Adolescentes e adultos que viviam como que “marginalmente”, sem êsse maior convívio e essas novas preocupações passarão agora a ver a sua própria existência de outro ponto de vista. As observações, sobre o ensino de adolescentes e adultos em todos os países, mostram que o rapaz de quinze ou dezesseis anos, e ainda o adulto, até trinta e cinco anos, podem aprender em um ano, graças a experiência que já possuem, quase todo o programa dado às crianças em três anos de estudos primários. Mas que não sejam programa de três, que sejam de dois. Quando se vem a saber que a grande maioria das crianças brasileiras só passa na escola “um ano e meio”, poder-se-ia aquilatar do que significa a atual Campanha, em termos de verdadeira educação de nosso povo.

— Mas o esforço que se está fazendo em dinheiro e trabalho — perguntamos, então ao professor Lourenço Filho — não seria mais bem empregado se fosse aplicado à educação das crianças?...

— Já esperávamos essa pergunta, que é o ponto das dúvidas, e dúvidas sinceras da parte de alguns dos nossos jornalistas e pensadores sociais, aos quais rendemos as nossas melhores homenagens, embora laborem em equívoco.

A questão comporta vários pontos que lhe vamos aqui resumir.

A educação não é uma realização só escolar, independente do nível cultural das populações adultas. Não depende só do governo, mas das aspirações culturais das populações adultas. Quando estas tenham baixo nível cultural, e por isso pequenas aspirações de cultura, a escola primária acaba por ser má, qualquer que sejam os esforços do governo.

A frequência das crianças à escola, é baixa, e a evasão escolar, muito grande. E isso é natural. Para os pais analfabetos a escola se apresenta como um luxo ou perda de tempo, que mal compreendem. Em média, a criança brasileira, passa escola primária apenas um ano e seis meses.

Não é só. Mesmo que as crianças frequentem a escola por dois anos, retirados dela, não encontram ambiente doméstico maior solicitação de cultura, ou elementos para o seu desenvolvimento: livros, jornais, revistas. Retornam, assim, ao analfabetismo. Fato expressivo, a êste respeito é que muitos pais analfabetos, depois de haverem aprendido alguma coisa, acabam por solicitar a inscri-

ção de seus filhos, “que já estiveram na escola e sabiam ler mas esqueceram”.

Os dois aspectos da questão, a da educação das crianças e o do nível cultural dos adultos, por elas responsáveis, não podem ser separados. E a inspeção dos índios de analfabetismo na idade adulta e das taxas de crianças em idade escolar, fora das escolas, elucidam claramente êste ponto, de certo modo, tanto há analfabetos porque haja falta de escolas (ou, em certas localidades, falta de frequência, não de escolas), como há falta de escolas ou de frequência, por que há pais analfabetos. O processo é “circular”, como em tantas outras expressões da vida social.

Tudo prova afinal, que entre o esforço governamental, quando somente dirigido no sentido da educação infantil, e a realidade cultural expressa pela média de interesses das populações adultas, há um hiato cultural, que deve ser preenchido, ou, ao menos, minorado, se quisermos obter melhores resultados com a educação das crianças.

Mas não é só êsse aspecto teórico-social, que deve ser lembrado. Massas de população analfabetos produzem menos que outra educada. É questão de verificação estatística. E, desde que produzam menos, há menores recursos a empregar na educação das crianças.

Para citar casos brasileiros, lembramos apenas que, instalações idênticas previstas para certo nível de produção com 50 pessoas, nos Estados Unidos, aqui necessitam de 75 ou 80, por ser a massa trabalhadora menos instruída.

A produção, além dos fatores técnicos, extrinsecamente consideradas, repousa no ânimo de produzir, no entusiasmo pelo trabalho, no sentido de produzir além das necessidades de consumo elementar. Verificações em fábricas de São Paulo e do Rio têm demonstrado que após elevação dos salários, numerosos trabalhadores têm deixado de ser assíduos, na exata proporção do aumento obtido. Na mais alta percentagem, êsses operários eram analfabetos. “Trabalhar, eu, não!” é a triste filosofia dessa pobre gente, “marginal”, em relação às solicitações de cultura do nosso tempo.

Há a considerar, por fim, o resultado efetivo das dotações que estão sendo empregadas na atual Campanha. Pelo preço médio do aluno-ano, nas escolas primárias trinta milhões de cruzeiros dariam apenas para novas cem mil matrículas. Para adolescentes e adultos, estão obtendo quinhentas mil matrículas, ou cinco vezes mais.



Note-se que o que se está gastando na Campanha representa apenas 4% dos orçamentos totais do ensino primário atual das crianças. E essa dotação não está sendo retirada desses orçamentos. Absolutamente, não. Está sendo acrescentada nos orçamentos da educação do país, como também lhes está sendo acrescentada a parte restante dos recursos do Fundo Nacional do Ensino Primário.

Aplicadas que fôssem os recursos da Campanha ao ensino primário não se obteria nenhum movimento de cunho social, como agora está sendo obtido. E só esse resultado suplementar, em nosso entender, justificaria o emprego da dotação reservada à educação de adultos.

Mas aos que possam ter dúvidas, ainda, sobre o assunto, recomendamos a leitura dos cuidadosos trabalhos de análise produzidos pela

Unesco. Essa organização das Nações Unidas está aconselhando aos países em condições semelhantes ao nosso, que façam o que o Brasil está fazendo. E interessante é que o argumento capital dessas publicações é que assim será preciso fazer para que justamente seja melhorada a educação das crianças.

Em conclusão: é ainda por amor às crianças que devemos cuidar da educação dos adultos... terminou a sua entrevista, o mérito educador, Prof. Lourenço Filho.

Sentimos que já agora os nossos administradores não se impressionam com a esterilidade de contentar o patriotismo com louvor à "naturalidade", e resolveram construir um Brasil feito pelo homem, como queria Machado de Assis, algo mais do que a Carta, de Caminha: o cultivo do espírito brasileiro.